

CÂMARA DOS DEPUTADOS

	AP	ENS	SAD	os	
_					
-					
-		-			
_	 				

U	7
(n
(3
-	7
	п

PROJETO DE

AUTOR:	N° DE ORIGEM:
(DO SR. ALBERTO FRAGA)	

Estabelece condições para o exercício da atividade de Segurança Pública instituindo o risco de vida, o seguro de vida e de acidentes para os policiais federais, policiais civis e militares do Distrito Federal e os bombeiros militares do Distrito Federal.

DESPACHO: 03/03/99 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI № 122, DE 1999)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 05 104 199

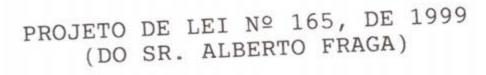
REGIME DE TRAMITAÇÃO				
COMISSÃO	DATA/ENTRADA			
	1 1			
	1 1			
	1 1			
	1 1			
	1 1			
	1 1			

*	PRAZO DE EMENDAS	
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	1 1 *	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO /	VISTA			
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:	- (Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:	-	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:	-	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1

DCM 3.17.07.003-7 (NOV/97)

CAMARA DOS DEPUTADOS





Estabelece condições para o exercício da atividade de Segurança Pública instituindo o risco de vida, o seguro de vida e de acidentes para os policiais federais, policiais civis e militares do Distrito Federal e os bombeiros militares do Distrito Federal.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI № 122, DE 1999)

Apense-se so PL. 122/99.

Em 03/03/99

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N° DE 1999

Estabelece condições para o exercício da atividade de Segurança Pública instituindo o risco de vida, o seguro de vida e de acidentes para os policiais federais, policiais civis e militares do Distrito Federal e os bombeiros militares do Distrito Federal.

- Art. 1º. É instituída a gratificação de risco de vida para as funções de policiais federais, policiais civis e militares do Distrito Federal e bombeiros militares do Distrito Federal, consideradas perigosas, penosas e insalubres para todos os efeitos legais, que será concedida aos policiais federais, policiais civis e militares do Distrito Federal e bombeiros militares do Distrito Federal.
- Art. 2°. A gratificação de risco de vida instituída nesta Lei, será percebida cumulativamente com as demais vantagens, com um valor único para todos os beneficiados, correspondente a um soldo de primeiro tenente ou equivalente.
- Art. 3°. É condição indispensável para o exercício da atividade de segurança pública a contratação de seguro de vida e de acidente pessoal aos policiais federais, policiais civis e militares do Distrito Federal e aos bombeiros militares do Distrito Federal.
- Art. 4º O seguro de vida e acidente é devido sempre que o fato gerador tiver relação direta com a função pública, quer seja no exercício direto ou em razão dela.

Parágrafo Único - Entende-se como exercício da função o deslocamento da residência ao local de trabalho e o retorno do local da trabalho para a residência.

Art. 5°. O Poder Executivo editará os atos necessários para a regulamentação desta lei, estabelecendo os valores e as demais condições de concessão do beneficio.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1999

Deputado JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA



JUSTIFICAÇÃO

Os integrantes dos órgãos de segurança pública a muito carecem de um tratamento digno estabelecendo-se as condições mínimas para o exercício de suas funções. Temos observado que não tem um dia em que um policial não morra ou seja acidentado no exercício de sua atividade ou em razão dela.

Após o falecimento, muitas famílias ficam desamparadas, pois além de perder o pai e companheiro ficam em situação financeira calamitosa, pois o salário é baixo, moram de aluguel ou de favor na casa de familiares, e perdem a complementação do salário, que muitas vezes é feita com o chamado "bico".

Temos assistido a uma cobrança infindável do exercício da atividade com qualidade, porém não vemos a contrapartida dando-se as condições minimas de segurança e conforto para o policial e seus familiares.

Alguns Estados como o de São Paulo já instituíram esse seguro, que inclusive estabeleceu o valor de R\$ 50.000,00 (cinqüenta mil) reais, importância que nos dias atuais permite a compra de um imóvel simples e o estabelecimento de uma pequena poupança para compor uma pequena reserva.